



Escola de Administração Fazendária
Missão: *Desenvolver pessoas para o aperfeiçoamento da gestão das finanças públicas e a promoção da cidadania.*



Ministério do Planejamento,
Orçamento e Gestão

CONCURSO PÚBLICO - 2015

Edital ESAF n. 32, de 29/6/2015

Cargo:

Analista de Planejamento e Orçamento

Conhecimentos Específicos

Área II - TI.3 - Gerência de Projetos e Governança de TI

Instruções

Prova 2

1. Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.

Nome: _____ N. de Inscrição: _____

2. O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS **não** poderá ser substituído, portanto, **não** o rasure nem o amasse.
3. Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra *legível*, para posterior exame grafológico:
“Não importante quanto a vontade de vencer é a coragem de começar.”
4. **DURAÇÃO DA PROVA: 4h30min (quatro horas e trinta minutos)**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
5. Na prova há **80 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: **a, b, c, d e e**.
6. No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta) fabricada em material transparente, toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
7. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
8. Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
9. Durante a prova, **não** será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
10. Por motivo de segurança, somente durante os 30 (trinta) minutos que antecederem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 10.7 do edital regulador do concurso.
11. A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida 1 (uma) hora do início da prova. A **não** observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
12. Ao sair da sala, entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala.

Boa prova!

PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PÚBLICO

- 01- A classificação funcional da despesa procura responder basicamente à seguinte indagação:
- de que forma os recursos públicos serão aplicados.
 - em que área territorial serão aplicados os recursos.
 - qual a amplitude da ação governamental que será realizada.
 - em que áreas de despesa a ação governamental será realizada.
 - em que instituição ou ministério serão alocados os recursos.
- 02- Sobre o conteúdo, tramitação e prazos relacionados à elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, é correto afirmar:
- no caso da necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira prevista no art. 9º da Lei Complementar n. 101/2000, a LDO 2015 determina que cada Poder apurará o montante necessário e procederá à limitação necessária.
 - em obediência à disposição constitucional vigente, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.
 - o parecer da Comissão Mista Permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal restringir-se-á à adequação dos limites a serem obedecidos pela Lei Orçamentária Anual – LOA.
 - na hipótese de não aprovação e sanção da lei orçamentária anual para o exercício, a LDO autoriza a execução provisória limitando-se as despesas globais a oito doze avos dos montantes constantes do projeto de lei do orçamento.
 - o Congresso Nacional tem a prerrogativa de rejeitar o projeto de lei de diretrizes orçamentárias, caso em que a Constituição Federal determina a aplicação da lei promulgada no exercício anterior.
- 03- A adoção do orçamento participativo como instrumento de complementação da democracia representativa proporciona à sociedade
- gerir, ela própria, os recursos destinados à aplicação em investimentos e serviços que beneficiam a sua região.
 - diminuir a força e o papel do legislativo na definição das prioridades na aplicação dos recursos públicos.
 - submeter o governo à vontade da sociedade na definição das políticas públicas e prioridades na realização de investimentos.
 - transferir do governo para a sociedade a responsabilidade pela gestão dos bens públicos de uso comum.
 - definir prioridades de investimentos em obras e serviços a serem realizados a cada ano com recursos do ente público.
- 04- O Relatório de Gestão Fiscal de que trata a Lei Complementar n. 101/2000 deve conter o comparativo com os limites definidos naquela Lei. Assinale a opção que indica um limite não exigido pela Lei.
- Operações de crédito, inclusive por antecipação de receita.
 - Dívida consolidada e mobiliária.
 - Investimentos financiados por operações de crédito.
 - Despesa total com pessoal.
 - Concessão de garantia.
- 05- Assinale a opção incorreta a respeito do Relatório Resumido da Execução Orçamentária de que trata o art. 52 da Lei Complementar n. 101/2001.
- O prazo máximo para a sua publicação é de 60 dias após o encerramento de cada bimestre e de 30 dias quando se tratar do último bimestre do mandato do dirigente.
 - As despesas executadas devem ser demonstradas no Balanço Orçamento por função e subfunção.
 - Os restos a pagar devem figurar pelos valores inscritos, valores pagos e os saldos a pagar.
 - O demonstrativo da apuração da receita corrente líquida deve evidenciar a sua evolução, bem como a previsão de desempenho até o final do exercício.
 - Quando houver limitação de empenho no exercício, devem ser apresentadas justificativas para tal fato.
- 06- Assinale a opção incorreta a respeito do conteúdo e finalidade do Relatório de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais de que tratam a Lei Complementar n. 101/2000 e a Lei n. 13.080/2014 (LDO 2015).
- Devem ser apresentadas no relatório as justificativas para os desvios observados em relação às projeções realizadas.
 - É de responsabilidade do Ministério do Planejamento manter atualizado na internet demonstrativo bimestral com os montantes aprovados e os valores da limitação de empenho e movimentação financeira por unidade orçamentária.
 - Pode ocorrer o restabelecimento da limitação de empenho a qualquer tempo, devendo o relatório que autoriza tal ação ser divulgado na internet e encaminhado ao Congresso Nacional.
 - A necessidade de limitação de empenho identificada fora da avaliação bimestral aplica-se somente ao Poder Executivo.
 - O Relatório deve ser divulgado na internet e encaminhado ao Congresso Nacional para apreciação da Comissão Mista prevista no art. 166 da Constituição Federal.

- 07- A respeito dos conceitos orçamento impositivo *versus* orçamento autorizativo e das práticas observadas na elaboração e execução do orçamento no Brasil em anos recentes, é correto afirmar, exceto:
- existe um rol de despesas que as leis e a Constituição Federal definem como obrigatórias.
 - restos a pagar não processados podem ser prorrogados para além do exercício subsequente ao exercício de sua inscrição.
 - a Emenda Constitucional 86/2015 tornou obrigatória a execução de todo o orçamento aprovado no âmbito do Poder Executivo.
 - as transferências constitucionais não podem ser objeto de limitação de empenhos determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.
 - a emissão da nota de empenho por unidade gestora não garante a realização da despesa, uma vez que pode ser anulado.
- 08- A principal característica que diferencia receitas correntes de receitas de capital é:
- as receitas correntes destinam-se ao financiamento das despesas correntes enquanto as receitas de capital financiam as despesas de capital.
 - as receitas correntes decorrem do poder de tributação do Estado enquanto as receitas de capital decorrem das atividades operacionais.
 - ambas, quando presentes no orçamento da entidade, demonstram a capacidade da instituição em arrecadar tributos e realizar a prestação de serviços não financeiros.
 - em ambas as receitas o aumento da disponibilidade financeira do ente arrecadador está condicionado à destinação que se dará aos recursos.
 - ambas têm o poder de aumentar a disponibilidade financeira do Estado, porém, as receitas de capital, na sua maioria, não provocam efeitos sobre o patrimônio líquido.
- 09- Sobre os limites em relação à receita corrente líquida para os gastos com pessoal no âmbito federal estabelecidos pela Lei Complementar n. 101/2000, é correto afirmar, exceto:
- 3% (três por cento) para o Poder Legislativo incluindo o Tribunal de Contas da União.
 - 3% (três por cento) para custeio de despesas do Distrito Federal e dos ex-territórios.
 - 0,6% (seis décimos por cento) para o Ministério Público Federal.
 - 6% (seis por cento) para o Poder Judiciário.
 - 37,9% (trinta e sete inteiros e nove décimos por cento) para o Poder Executivo.
- 10- Em relação às atribuições e funcionamento dos órgãos central e setoriais do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, é correto afirmar:
- o órgão central do sistema, nesta condição, subordina os setoriais dos demais Poderes em razão da necessidade de coordenação definida pela Constituição Federal.
 - os órgãos setoriais e específicos estão sujeitos à orientação normativa do órgão central do sistema sem prejuízo da subordinação ao órgão a qual pertencem.
 - os órgãos integrantes da Presidência da República, em razão da sua importância estratégica, possuem cada um o seu próprio órgão setorial.
 - os órgãos setoriais são as unidades de planejamento, orçamento e finanças dos Ministérios, da Advocacia-Geral da União, da Vice-Presidência e da Casa Civil da Presidência da República.
 - os órgãos integrantes do Sistema de Planejamento têm competência exclusiva para realizar a avaliação dos planos e programas no âmbito da Administração Pública Federal.
- 11- Assinale a opção incorreta a respeito da gestão e uso da receita e da realização da despesa orçamentária da União.
- A reabertura dos créditos especiais abertos no exercício anterior está condicionada à existência de saldos ainda não aplicados e a data de abertura dos mesmos.
 - A descentralização de créditos constitui-se no poder que uma unidade orçamentária ou administrativa dá a outra para utilizar os créditos que estão sob a sua supervisão.
 - O pré-empenho, embora provoque o bloqueio do crédito orçamentário, não tem os mesmos efeitos jurídicos do empenho da despesa.
 - Os limites para a movimentação e empenho dos créditos consignados no orçamento do Poder Executivo são definidos no Decreto de Programação Financeira.
 - O Empenho na modalidade global destina-se à realização de despesa cujo montante é previamente conhecido e o pagamento é realizado de uma só vez.
- 12- Assinale a opção que indica uma finalidade que não pertence ao Sistema de Planejamento e Orçamento Federal.
- Gerenciar o processo de planejamento e orçamento federal.
 - Formular planos nacionais, setoriais e regionais de desenvolvimento econômico e social.
 - Formular o planejamento estratégico nacional.
 - Supervisionar a execução, pelos demais entes da federação, de planos nacionais em que a participação desses entes seja determinada por lei.
 - Promover a articulação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, visando a compatibilização de normas e tarefas afins aos diversos Sistemas.

- 13- Sobre a gestão das disponibilidades de caixa do Tesouro Nacional, de que trata o art. 164, § 3º da Constituição Federal (Conta Única), é correto afirmar, exceto:
- a) a movimentação de recursos da Conta Única é efetuada mediante documentos, tais como Ordem Bancária – OB, Guia de Recolhimento da União – GRU, GPS – Eletrônica, Nota de Sistema – NS ou Nota de Lançamento – NL, de acordo com as respectivas finalidades.
 - b) a Conta Única do Tesouro tem por finalidade acolher as disponibilidades financeiras da União a serem movimentadas pelas Unidades Gestoras da Administração Federal.
 - c) as Unidades Gestoras da Administração Direta e Indireta estão autorizadas a fazer aplicações financeiras via a Conta Única desde que as receitas obtidas sejam utilizadas na execução das políticas públicas a seu cargo.
 - d) as Ordens Bancárias para movimentação da Conta Única não necessitam ser impressas, exceção feita às modalidades Ordem Bancária de Pagamento – OBP, Ordem Bancária de Câmbio - OBK, Ordem Bancária Judicial – OBJ e Ordem Bancária para pagamentos da STN – OBSTN.
 - e) a operacionalização da Conta Única do Tesouro Nacional será efetuada por intermédio do Banco do Brasil, ou, excepcionalmente, por outros agentes financeiros autorizados pelo Ministério da Fazenda.
- 14- A respeito da integração entre a origem e a destinação dos recursos arrecadados pelo Estado no processo orçamentário federal, é correto afirmar:
- a) a natureza de receita orçamentária busca identificar a origem do recurso segundo seu fato gerador enquanto a fonte/destinação de recursos possui a finalidade de identificar o destino da sua aplicação.
 - b) a fonte/destinação indica a origem dos recursos segundo seu agente financiador enquanto a natureza da despesa orçamentária possui finalidade precípua de indicar a classificação econômica do gasto.
 - c) a natureza da receita orçamentária busca identificar a origem dos recursos segundo o fato de natureza tributária enquanto a fonte/destinação indica a instituição responsável pela aplicação.
 - d) a natureza de receita orçamentária vincula os recursos ao fato gerador enquanto a função, o programa de governo e a fonte/destinação indicam as áreas em que devem ser aplicados.
 - e) a fonte/destinação vincula os recursos às áreas de atuação do Estado enquanto a natureza da receita orçamentária vincula os fatos geradores ao setor produtivo do qual provêm os recursos.
- 15- A realização de despesa por intermédio de Suprimento de Fundos de que trata o art. 68 da Lei n. 4.320/64 tem as seguintes características, exceto:
- a) os recursos devem ser movimentados por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal e excepcionalmente por meio de conta bancária.
 - b) quando a aplicação do suprimento de fundos se der por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal, é expressamente proibida a realização de saques em espécie.
 - c) a omissão da prestação de contas pelo agente suprido, após decorrido o prazo estabelecido em notificação, poderá ensejar o desconto da importância devida em folha de pagamento.
 - d) mesmo sendo de pequeno vulto, as compras que apresentam caráter repetitivo realizadas mediante suprimento de fundos caracterizam-se como fracionamento de despesa.
 - e) despesas de caráter sigiloso podem ser realizadas mediante suprimento de fundos, desde que haja regramento para esse fim.
- 16- Assinale a opção que indica uma exceção aos valores que alicerçam a visão de futuro do Brasil exposta na Mensagem Presidencial do Plano Plurianual 2012-2015.
- a) Excelência na Gestão.
 - b) Soberania.
 - c) Democracia.
 - d) Diversidade Cultural e Identidade Nacional.
 - e) Integração Regional.
- 17 – Assinale a opção cujo teor não constitui uma das razões pelas quais a reforma tributária poderá contribuir, de forma relevante, para acelerar o crescimento do País
- a) Aperfeiçoamento da política de desenvolvimento regional, introduzindo mecanismos mais eficientes de desenvolvimento das regiões mais pobres.
 - b) Eliminação das distorções da estrutura tributária, diminuindo o custo dos investimentos e das exportações.
 - c) Simplificação e desburocratização do sistema tributário, reduzindo significativamente o número de tributos e o custo de cumprimento das obrigações tributárias acessórias pelas empresas.
 - d) Redução da carga tributária e a consequente diminuição dos gastos públicos na União e redução das transferências constitucionais aos Estados e aos Municípios.
 - e) Aumento da formalidade e a consequente distribuição mais equitativamente da carga tributária, levando os que hoje pagam impostos a pagar menos, e aqueles que não cumprem suas obrigações tributárias a contribuir.

18- No contexto de desenvolvimento e funcionamento da infraestrutura de transportes no Brasil, observa-se grande competência conferida à União Federal pela legislação na área de transporte hidroviário. Assinale a opção cujo item não faz parte do subsistema aquaviário federal.

- a) Eclusas e outros dispositivos de transporte de nível.
- b) Portos marítimos e fluviais.
- c) Interligação de bacias hidrográficas.
- d) Instalações lacustres abrangendo mais de uma unidade da federação.
- e) Vias navegáveis.

19- No estudo do histórico do planejamento governamental no Brasil, pode-se observar as muitas tentativas de desenvolvimento de um sistema mediante o estabelecimento dos seguintes planos, exceto:

- a) PNDSS – Planos Nacionais de Desenvolvimento em número de quatro, executados de forma exitosa e que lançaram as bases para o planejamento atual.
- b) Salte – Saúde, alimentação, transporte e energia, que se constituiu no primeiro plano instituído sob um regime democrático no início da década de 50.
- c) Plano de Obras e Equipamentos – introduziu no Brasil a utilização do planejamento indicativo em que se diferencia onde o governo vai atuar e indica para o setor privado.
- d) Programa de Metas – iniciou o planejamento indicativo estabelecendo 30 metas em quatro grandes setores, a saber: energia, agricultura e alimentação, transporte e indústria de base.
- e) Plano Especial – marco inicial do planejamento no Brasil ocorrido resultante da nova concepção de Estado criada no Brasil na década de 30.

20- No contexto de desenvolvimento das políticas sociais no Brasil, em especial na área da educação, foi criado o Programa Universidade Para Todos – Prouni. Sobre esse programa, é correto afirmar, exceto:

- a) embora com limitações, ele cumpre uma tarefa equalizadora e reparadora das desigualdades de acesso à educação superior no Brasil.
- b) um dos fundamentos para sua instituição está diretamente relacionado com a baixa taxa de frequência dos jovens de até 24 anos na educação superior.
- c) a bolsa permanência é um benefício adicional destinado aos estudantes integrantes do programa e que sejam oriundos de famílias com renda familiar *per capita* máxima de três salários mínimos.
- d) para cumprir um papel inclusivo, é dirigido a estudantes oriundos do ensino médio cursado na rede pública ou que tenham sido recebedores de bolsa integral na rede particular de ensino.
- e) constitui-se em uma intervenção de política social de caráter estruturante e favorece a redução das desigualdades sociais.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

ECONOMIA

21- Considerando o denominado modelo keynesiano simplificado, é incorreto afirmar que:

- a) no equilíbrio, a demanda agregada efetiva é igual à demanda agregada planejada.
- b) independente do nível dos investimentos e outros componentes da demanda, o equilíbrio estará sempre abaixo do pleno emprego.
- c) no modelo, a dinâmica dos estoques explica, entre outros fatores, a estabilidade do equilíbrio.
- d) quanto maior a propensão marginal a consumir, maior o multiplicador da renda.
- e) um aumento de 100 unidades monetárias nos investimentos autônomos provoca uma variação maior do que 100 unidades monetárias na renda.

22- Considerando os conceitos básicos em macroeconomia, é correto afirmar que:

- a) a dívida pública não pode ser maior do que o déficit público nominal.
- b) independente da renda enviada ou recebida do exterior, a dívida pública total do governo pode ser maior do que o Produto Nacional Bruto.
- c) a poupança externa nunca pode ser negativa.
- d) um aumento no valor nominal do PIB implica necessariamente em um aumento na renda real da economia.
- e) O PIB nominal não é influenciado pela inflação já que se trata de uma medida de desempenho real da economia.

23- Comparando o Plano Real com o Plano Cruzado, é correto afirmar que:

- a) ambos os planos se beneficiaram do grande fluxo financeiro internacional de curto prazo decorrente da desregulamentação financeira que começa no início dos anos 80.
- b) durante a vigência dos planos, ambos os governos decretaram moratória das dívidas externa e interna.
- c) em ambos os planos, foi adotado a denominada "âncora cambial".
- d) ambos os planos reconheciam a existência de um componente inercial na inflação brasileira.
- e) em ambos os planos, houve a implantação de inúmeras medidas para conter o aumento dos salários na economia.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

24- Os seguintes dados foram extraídos do Sistema de Contas Nacionais do Brasil, em unidades monetárias:

Rendimento misto bruto: 260.424
Excedente operacional bruto: 1.075.844
Remuneração dos empregados: 1.414.217
Impostos sobre a produção e a importação: 495.944
Subsídios à produção: 5.807
Rendas de propriedade enviadas ao resto do mundo: 83.459
Rendas de propriedade recebidas do resto do mundo: 18.165
Com base nestes dados, a Renda Nacional Bruta será de:

- a) 2.312.112
- b) 2.477.406
- c) 3.175.328
- d) 3.533.209
- e) 3.357.823

25- Considere:

A = Produto Interno Bruto
B = Remuneração dos empregados
C = Impostos sobre a produção e a importação
D = Subsídios à produção
E = Excedente operacional bruto e rendimento misto bruto

É correto, então, afirmar que:

- a) $A = B + C - E$
- b) $A = B + C - D$
- c) $A = B - E$
- d) $A - B + C - D = 0$
- e) $A = B + C - D + E$

26- Em relação ao Plano Real, é correto afirmar que

- a) nos primeiros quatro anos do Plano, a taxa de juros foi mantida baixa e próxima à média do mercado financeiro internacional. O objetivo dessa estratégia foi manter o real desvalorizado no sentido de estimular as exportações brasileiras.
- b) já em 1994, logo após o anúncio do Plano, foi implantado o sistema de metas de inflação, tendo a política monetária como principal instrumento para o controle dos preços.
- c) o Plano se beneficiou de uma conjuntura internacional favorável: durante a década de 90, não houve nenhuma crise cambial ou bancária em países emergentes.
- d) o único preço congelado durante os quatro primeiros anos do Plano Real foi a taxa de câmbio.
- e) apesar de considerar a indexação como fator importante no processo inflacionário crônico brasileiro, o Plano não se utilizou de congelamento geral de preços e salários para reduzir a inflação no país.

27- Suponha $E_p = (\Delta q^d / \Delta p) \cdot (p / q^d)$ a elasticidade preço da demanda e $E_y = (\Delta q^d / \Delta y) \cdot (y / q^d)$ a elasticidade renda da demanda, em que Δq^d = variação da quantidade demandada; Δp = variação no preço do bem; p = preço do bem; q^d = quantidade demandada do bem; Δy = variação na renda; e y = renda do consumidor. Com base nessas informações, é correto afirmar que:

- a) E_y pode ser negativa.
- b) E_p pode ser positiva.
- c) E_y não pode ser maior do que 1.
- d) E_p não pode ser menor que zero.
- e) $E_p + E_y = q/y$.

28- Em relação ao monopólio, é correto afirmar que:

- a) no longo prazo, uma empresa monopolista passa a fazer parte de um modelo de concorrência monopolística.
- b) o preço do monopolista independe da elasticidade preço da demanda.
- c) um monopolista maximiza o seu lucro produzindo uma quantidade em que o custo marginal é igual à receita marginal.
- d) um monopolista maximizará lucro produzindo aquele produto em que o preço é igual ao custo marginal.
- e) para o monopolista, a curva de demanda é sempre infinitamente elástica em relação ao preço.

29- Pode ser considerada como consequência da existência de problemas de informação assimétrica nos mercados:

- a) a não existência de bens públicos.
- b) o “problema do carona”.
- c) a necessidade de patentes.
- d) a ocorrência de externalidades positivas.
- e) a existência de custos de transação nos contratos.

30- A década de 90 foi um período marcado pelo fim da inflação crônica e pelas reformas de mercado. Particularmente após 1994, foi adotada uma série de medidas para manter a estabilidade macroeconômica. Entre essas medidas, pode-se destacar:

- a) a utilização da taxa de juros como instrumento de controle da taxa de câmbio.
- b) a manutenção de taxas de juros reais negativas, particularmente entre 1994 e 1998, tendo como objetivo reduzir o custo financeiro das empresas.
- c) a manutenção de um regime de câmbio flutuante durante toda a vigência do Plano Real.
- d) o estabelecimento de controles de capitais internacionais tendo como objetivo reduzir a entrada de dólares no país.
- e) a implementação de um forte ajuste fiscal que permitiu a queda na dívida pública e a obtenção de superávits primários durante toda a segunda metade da década de 90.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

POLÍTICAS PÚBLICAS E REALIDADE BRASILEIRA

31- Classes e Mobilidade Social são conceitos fundamentais para a análise sociológica. Acerca de Conceitos de Classes e Mobilidade Social, pode-se afirmar que:

- a) para Durkheim, os grupos sociais obtêm *status*, prestígio ou honraria a partir do critério de posições funcional e sócio-profissional, valorizadas e integradas na sociedade. Nesse sentido, os indivíduos estão vinculados por meio da complementaridade das posições que ocupam na divisão do trabalho.
- b) para Weber, as classes, os estamentos e os grupos de *status* alcançam renda de forma equivalente. O prestígio e o poder oriundos a partir das qualificações, habilidades, méritos e interesses de seus membros são secundários para a definição de classes. A racionalização e a burocratização, a educação de massa e a socialização do conhecimento são os princípios de estruturação de qualquer ordem social. Weber (1999) estabelece ainda que os de grupos de *status* surgem para substituir o conceito de classe social, definindo a ação dos indivíduos como a busca para satisfazer seus interesses. A ordem político-social e a ordem econômica estão integradas em Weber.
- c) para Karl Marx, a classe social pode ser definida em relação à propriedade dos instrumentos de produção, gerando as relações sociais de produção. Nestas, os homens contraem determinadas relações sociais de trabalho necessárias segundo a sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. No entanto, a consciência do homem determina o seu ser e o seu ser social é determinado pela sua consciência sobre sua posição na estrutura produtiva.
- d) o conceito de mobilidade social se refere ao deslocamento de indivíduos ou grupos de indivíduos de um estrato para outro da hierarquia social. A mobilidade social existe em todas as sociedades, seja aquelas tidas como "abertas", isto é, aquelas em que há grande abertura e flexibilidade na movimentação de pessoas entre as diversas localizações na hierarquia quanto nas ditas "fechadas", ou estratificadas, variando apenas o grau de educação, renda e *status* social de cada indivíduo, adquiridos ao longo de sua evolução pessoal.
- e) a proposta do paradigma funcionalista de cunho meritocrática prediz cada vez menos desigualdade no processo de alocação de *status*, na medida em que as sociedades se desenvolvem, apesar de haver uma extraracionalidade no seu processo de distribuição. O processo de mobilidade social é, portanto, baseado em características atribuídas, e não em características adquiridas pelo indivíduo.

32- Assinale a opção correta.

Historicamente, o Brasil apresenta taxas persistentes de desigualdade social. O debate acerca das causas e as consequências da desigualdade brasileira sugere que

- a) uma forma de se medir a desigualdade é por meio do índice de Gini. Ele é uma medida que vai de 0 a 1 em que 0 significa que todos têm os mesmos rendimentos (uma igualdade completa) e 1 refere-se à apenas uma pessoa adquirindo toda a renda (uma desigualdade completa). Isso quer dizer que a sociedade que apresenta um índice de Gini mais próximo de zero tem menos desigualdade do que outra que apresenta um valor mais próximo de um. No caso do Brasil, que possui um alto índice de Gini (média de 0,70), este índice se deve às políticas neoliberais que predominam historicamente no Brasil e pela alta inflação.
- b) o crescimento econômico se apresentou como um forte instrumento de combate a concentração de renda, como ficou claro nos anos sessenta e durante o denominado 'milagre' brasileiro, quando a distribuição de renda melhorou substancialmente. Com efeito, através do cálculo do Índice de Theil, com base nos dados dos censos de 1960 e 1970, Fishlow (1972) constatou que houve de fato uma redução da desigualdade pessoal da renda brasileira, durante o período do governo de Castello Branco (1964-1967).
- c) Langoni propõe que o aumento da desigualdade de renda no Brasil nos anos sessenta pode estar associado à rápida expansão da economia, de tal forma que o desenvolvimento econômico do Brasil teria levado à maior concentração de renda através da complementaridade dos seguintes mecanismos: "Efeito Kuznets", e a corrida tecnológica *versus* a defasagem na qualificação da força de trabalho. Embora estes mecanismos fossem distintos, eles tinham o mesmo gatilho: o processo de crescimento econômico acelerado disparado pelo processo estrutural de industrialização.
- d) Bacha foca atenção na distribuição social da renda e na distribuição corporativa da renda. Ele indica que o aumento da escala das firmas (impulsionado pelo processo de desenvolvimento industrial) demandou sistemas gerenciais mais amplos e complexos, o que fez elevar relativamente o peso dos trabalhadores manuais na economia como um todo, gerando melhor distribuição de renda.
- e) a literatura da desigualdade social brasileira destaca que o salário mínimo, a inflação, a flutuação de demanda, a educação e o desemprego não têm um impacto significativo entre as principais variáveis responsáveis pelas flutuações na desigualdade pessoal da renda no Brasil.

33- O desenvolvimento urbano brasileiro, com o crescimento exponencial das cidades, a demanda por expansão da infraestrutura urbana e a intensa pressão sobre os serviços públicos têm colocado vários desafios aos gestores federais, estaduais e municipais. Dessa forma, a decisão relativa aos investimentos em infraestrutura que um país necessita envolve, entre outros elementos, a avaliação da viabilidade dessas inversões e dos custos de oportunidade. Na avaliação da viabilidade dessas inversões, todas as variáveis abaixo são verdadeiras, exceto:

- a) não há recursos suficientes para dotar todo o território, simultaneamente, de todas as infraestruturas possíveis.
- b) pode não haver recursos suficientes para manter essas infraestruturas funcionando regularmente e de forma adequada – ademais, não é todo tipo de infraestrutura que deve estar presente de forma homogênea em todo o território.
- c) os efeitos multiplicadores gerados e os benefícios trazidos pela dotação dessas infraestruturas irão variar espacialmente.
- d) O caráter emergencial de algumas obras pode colocar uma nova perspectiva de análise, na qual o Estado precisa atender simultaneamente a todas as demandas recebidas, uma vez que não é possível recorrer ao setor privado e parcerias público-privadas são baseadas em prioridades e seguem critérios não-econômicos tanto para o concedente (o Estado) como para o concessionário (setor privado).
- e) A primazia dos investimentos em determinadas porções do território pode reforçar a concentração espacial dessas infraestruturas e as desigualdades territoriais, ainda que numa perspectiva temporal de curto prazo.

34- A Reforma Agrária é um tema discutido no Brasil desde a época da colonização portuguesa. A discussão se faz presente até os dias de hoje e é consequência da estrutura fundiária em nosso país. Uma das grandes inovações da Constituição de 1988, ao regular a questão de terras, foi a de tornar a Reforma Agrária um dever fundamental do Estado. A desapropriação para fins de Reforma Agrária tem, como condição *condicio iuris*, o descumprimento, pelo proprietário, do dever fundamental de dar ao solo agrícola uma destinação produtiva. A Constituição de 1988 precisou que a função social da propriedade agrária é cumprida quando ela atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, a quatro requisitos.

São requisitos para a Reforma Agrária todos os citados abaixo, exceto:

- a) não exploração da propriedade rural para fins agrícolas.
- b) aproveitamento racional e adequado.
- c) utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente.
- d) observância das disposições que regulam as relações de trabalho.
- e) exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

35- O desenvolvimento da infraestrutura é uma condição necessária e incontornável para o próprio desenvolvimento econômico e social do Brasil. São fatores críticos para o crescimento sustentado do país os citados abaixo, exceto:

- a) a intensificação e aceleração dos investimentos nesse setor fundamental dependem de montantes vultosos de recursos financeiros.
- b) é necessária a viabilidade macroeconômica de um novo modelo com taxas mais baixas de juros e com câmbio competitivo que possa canalizá-los para os setores diretamente produtivos.
- c) o investimento em infraestrutura entra em concorrência com as alocações de capital em ativos financeiros, por natureza mais líquidos e com menores riscos.
- d) o mercado financeiro brasileiro é capaz de proporcionar aos detentores de capital ganhos muito elevados com ativos improdutivo, que superam várias vezes as expectativas de lucro com investimentos em infraestrutura.
- e) o Estado deve deixar ao setor privado, ou seja, ao mercado, se autoregular, parando de realizar as licitações públicas e de solicitar Estudos de Impacto Ambiental e buscando soluções puramente de mercado.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

36- O sistema político brasileiro tem dado mostras de ter alcançado o seu limite e as discussões por uma Reforma Política tomaram conta do Congresso Nacional em 2015 no contexto pós-eleições de 2014. A questão da fragmentação partidária, das doações de campanha para os candidatos e Partidos (o financiamento das campanhas) e requisitos de acesso ao Fundo Partidário foram fortemente debatidos.

Todos os itens abaixo foram aprovados na Câmara dos Deputados, com parte da Reforma Eleitoral ou Política, exceto:

- a) punição a partidos que deixam de prestar contas de campanha ou que tenham as contas rejeitadas pela Justiça Eleitoral.
- b) limites a doações de empresas, fixando o teto de R\$ 20 milhões como gasto máximo para o financiamento de campanha eleitoral por pessoas jurídicas e impedimento de uma companhia de doar mais que 0,5% do faturamento bruto a um único partido.
- c) redução do tempo de duração da campanha eleitoral de 90 para 45 dias e das campanhas políticas no rádio e TV de 45 para 35 dias.
- d) proibição de reeleição para cargos eletivos do Poder Executivo (presidente, governador e prefeitos).
- e) aumento geral dos mandatos de 04 (quatro) para 05 (cinco) anos para todos os cargos eletivos — presidente, governador, prefeito, senador, deputado federal, deputado estadual e vereador.

37- A globalização é um dos processos de aprofundamento das interações internacionais nas áreas econômica, social, cultural, política.

Entre os seus impactos para as sociedades, podemos citar todos os abaixo, exceto:

- a) aumento no fluxo (contatos via Internet) e na velocidade da troca de mensagens, ideias e informações sem precedentes na história da humanidade.
- b) aumento da universalização do acesso a meios de comunicação, graças ao barateamento dos aparelhos celulares e os de infraestrutura para as operadoras, com aumento da cobertura e incremento geral da qualidade graças à inovação tecnológica.
- c) criação de um mercado global, regido pela Organização Mundial de Comércio (OMC), sem barreiras tarifárias (BTs) ou barreiras não-tarifárias (BNTs).
- d) aumento da criação da modalidade de fornecimento externo da produção *outsourcing* para países com mão de obra mais baratas para execução de serviços em que não é necessária alta qualificação, com a produção distribuída entre vários países, seja para criação de um único produto, em que cada empresa cria uma parte, seja para criação do mesmo produto em vários países para redução de custos e ganhar vantagens competitivas no acesso de mercados regionais.
- e) a capacidade de uma pessoa em processar um grande volume de informações se torna cada vez mais importante na área produtiva, ou seja, a capacidade cognitiva tende a superar a experiência em posições anteriores em razão do aumento da automação e da robotização.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. *É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).*

38- As distintas concepções de justiça influenciam as políticas sociais e mesmo na democratização das oportunidades. Acerca das diversas concepções de justiça e da igualdade, pode-se fazer todas as afirmações abaixo, exceto:

- a) para alguns autores, a igualdade pode existir como justiça processual, ou seja, todos os acusados têm direito de receber um julgamento justo, todos os cidadãos em uma democracia têm direito ao voto, todos os estudantes têm direito a uma avaliação adequada.
- b) a justiça é um fim social.
- c) alguns autores fazem a distinção do conceito de justiça: justiça distributiva, considerada como aquela que trata da distribuição de bens materiais ou honrarias entre os que participam do sistema político, e justiça reparadora, aquela que trata de situações nas quais aquele que se sente ofendido pede a consequente reparação. A justiça reparadora, por sua vez, pode ser, ainda, subdividida em justiça compensativa e corretiva, sendo que as primeiras referem-se a negócios privados e voluntários e têm como escopo reabilitar o equilíbrio abalado mediante compensação para com a parte ofendida.
- d) o princípio da justiça compensativa ou compensatória fundamenta a política de cotas, porque busca compensar aqueles sujeitos que foram historicamente excluídos (como os pobres, os negros, as mulheres, os homossexuais, etc.) das oportunidades de educação e emprego, assegurando-lhes direitos antes negados.
- e) em termos descritivos, existem a justiça formal e a justiça substancial. Para a justiça formal, as ações legítimas são ações justas no sentido restrito. Ou seja, uma ação é justa quando é permitida pelas leis, e injusta quando desobedece às leis. Assim, não é correto, para um juiz, tratar casos iguais de forma igual e casos diferentes de formas diferentes.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

39- O Pensamento Clássico da Sociologia passa pela Ordem Social, pelo Materialismo Dialético e pela conhecida obra Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.

Acerca do trabalho Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo, de Max Weber, assinale a opção correta.

- a) Desde o início, o trabalho de pesquisa de Max Weber, Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo, foi idealizado como um livro inteiro para debater o papel do protestantismo na ascensão do capitalismo no norte da Europa, tema este que foi o foco integral dos seus estudos.
- b) Na primeira parte do livro, Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo, Weber busca as raízes religiosas dessa forma de ação e à análise do "Conceito de vocação em Lutero". Analisando a tradução que Lutero fez da Bíblia e do termo "profissão" ou "vocação" (em alemão *Beruf*) ele diz estar aí presente uma ideia nova: a de uma missão dada por Deus. Weber rejeita a perspectiva de Lutero na origem do espírito do capitalismo ao se recusar a levar a ascese dos monges para a prática cotidiana. Dessa forma, Weber afirma que Lutero separa valores religiosos e trabalho.
- c) As consequências econômico-sociais de todo esse processo são analisadas no último capítulo chamado de "Ascese e capitalismo". Neste capítulo Weber demonstra como essas crenças religiosas modificaram a visão religiosa que se tinha da riqueza, dando ênfase à visão crítica da riqueza no catolicismo. A riqueza passa a ser um fim em si mesma, uma consequência para os eleitos, da escolha feita por Deus. Não apenas a riqueza passa a ser vista de forma positiva, mas igualmente seu desfrute, como a dedicação ao esporte, às artes e outras atividades alternativas ao trabalho para usufruir da seleção por Deus. O consumo legítimo de bens materiais "consumismo" passa a ser uma consequência direta dessa perspectiva.
- d) Na segunda parte do livro "Os fundamentos religiosos da ascese intramundana", Weber analisa os principais ramos do protestantismo posteriores a Lutero, o que Weber denominou de "protestantismo ascético" ou "puritanismo". De um lado estão as seitas que aceitam a tese da predestinação (segundo a doutrina de João Calvino. Nessa perspectiva, Deus escolhe quem será salvo, independente dos méritos e conhecimentos dos indivíduos), como é o caso do calvinismo, do pietismo e do metodismo. Um segundo portador importante do puritanismo são os grupos anabatistas que apregoam a necessidade de separar puros e impuros e, por isso, rebatizar todos os cristãos adultos. Em ambos os casos o indivíduo tinha que provar sua qualificação religiosa com base no trabalho árduo, sério, honesto e disciplinado.
- e) Max Weber, com sua obra Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo, do ponto de vista histórico, pode ser considerado como o primeiro a sugerir uma ligação entre ideias protestantes e práticas econômicas.

40- Alguns autores consagrados procuram explicar a realidade brasileira pela denominada Sociologia da herança patriarcal-patrimonial. Assinale a afirmativa incorreta acerca dessa linha de pesquisa e perspectiva teórica.

- a) Freyre, Holanda, Faoro e Matta têm em comum o fato de atribuírem aos efeitos da herança patrimonial-patriarcal sobre o Brasil contemporâneo a razão das distorções de nossa sociabilidade moderna. Freyre (1990, 1996, 2000) e Holanda (1994) claramente convergem em direção à ideia de que certos códigos de sociabilidade típicos da família patriarcal e do *pater familias* teriam permanecido ativos na dinâmica social do Brasil contemporâneo para além do período colonial.
- b) Para Freyre, a extensão e a profundidade da disseminação do tipo patriarcal de sociabilidade seriam uma consequência do fato de que o latifúndio patriarcal, baseado no trabalho escravo e orientado à produção e à exportação de matérias-primas, veio a se tornar algo mais que uma simples unidade econômica: consolidou-se por muito tempo como *locus* político-administrativo, militar e jurídico, além de centro organizador da vida sexual, cultural e até mesmo religiosa. Naquelas circunstâncias, diferenciação social e impessoalidade teriam encontrado tremenda dificuldade para florescer.
- c) Sérgio B. de Holanda atribui à nossa herança lusitana, marcada por aversão congênita a qualquer ordenação impessoal da existência, a importância remanescente do patriarcalismo no tecido social do Brasil contemporâneo. O perfil da empresa colonizadora de portugueses, ancorada na ética da aventura em detrimento da ética do trabalho, revelaria a incompatibilidade de nosso passado ibérico com a racionalização característica de terras protestantes. Com isso, estabilidade e segurança – atributos de uma ordem racionalizada – teriam sido postos em segundo plano em favor do desejo pela recompensa imediata.
- d) Roberto da Matta defende a existência de um sistema dual pretensamente estruturando e orientando o Brasil contemporâneo: um código pessoal em coexistência com um sistema legal individualizante enraizado na ideologia burguesa liberal. Tal sistema dual expressar-se-ia na posição que "casa" e "rua" ocupariam na gramática social brasileira: a "casa", domínio privado por excelência, seria o território da intimidade, do familiar, das relações pessoais, do parentesco, da afeição e do descanso; a "rua" (mercado, Estado, tráfego, entre outros), domínio público por excelência, seria um ambiente vivido e percebido como "a dura realidade", esfera do trabalho, da luta, da disputa pela sobrevivência e, com bastante frequência, da punição.
- e) Faoro (2001) toma caminho particular no interior dessa perspectiva interpretativa: em vez do "patriarcalismo", nossa peculiaridade moderna teria suas raízes no Estado patrimonial que se constituiu em Portugal desde os idos de sua formação. Durante séculos, o Estado patrimonial português e sua burocracia estamental mantiveram o controle supremo de toda a

dinâmica colonial, não só do ponto de vista político-administrativo e militar, mas também do ponto de vista cultural, econômico e até mesmo religioso. Mesmo o controle das oligarquias estaduais no período de 1889 a 1930 não teria representado mudanças tão substanciais, já que, com a queda da monarquia, teria prevalecido um tipo de relação autoritária entre as elites políticas (estaduais e locais) e suas bases, marcado por obediência pessoal e por extrema porosidade entre os domínios públicos e os âmbitos privados dos líderes mais proeminentes. A Revolução de 1930 representaria o fim do Estado de tipo patrimonial e a implementação do modelo burocrático de estilo weberiano em todo o serviço público brasileiro.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. *É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).*

FINANÇAS PÚBLICAS

- 41 - Com relação à função do Estado moderno, não é correto afirmar que:
- existem bens públicos.
 - a falha de competição se reflete na existência de monopólios naturais.
 - os mercados são completos.
 - ocorrem externalidades.
 - temos falhas de informação.
- 42- Identifique a opção incorreta sob o ponto de vista das funções clássicas do Estado: alocativa, distributiva e estabilizadora.
- A função alocativa tem a característica de não excluir ninguém e nem de concorrer com os bens privados.
 - A função distributiva visa determinar o tipo e a quantidade de bens públicos a serem ofertados.
 - A função estabilizadora tem como objetivo o uso da política econômica visando a um alto nível de emprego, à estabilidade dos preços e à obtenção de uma taxa apropriada de crescimento econômico.
 - O processo político surge como substituto do mecanismo do sistema de mercado no caso das funções clássicas do Estado.
 - Existe também a provisão por parte do setor público dos chamados bens "semipúblicos" ou "meritórios", que constituem um caso intermediário entre os bens privados e os bens públicos.
- 43- Com relação a financiamento dos gastos públicos, tributação e equidade, não é correto afirmar que:
- o conceito de equidade mostra que a distribuição do ônus tributário deve ser equitativa entre os diversos indivíduos de uma sociedade.
 - o conceito de progressividade mostra que se deve tributar mais quem tem uma renda mais alta.
 - o conceito de neutralidade mostra que os impostos devem ser tais que minimizem os possíveis impactos negativos da tributação sobre a eficiência econômica.
 - o conceito da simplicidade mostra que o sistema tributário deve ser de fácil compreensão para o contribuinte e de fácil arrecadação para o governo.
 - o princípio do benefício mostra que cada indivíduo não deveria contribuir com uma quantia proporcional aos benefícios gerados pelo consumo do bem público.
- 44- Em regimes federativos cabe à União envidar esforços para reduzir as disparidades regionais de desenvolvimento. São instrumentos fiscais para desempenhar esse papel todas opções abaixo, exceto:
- Fundo Constitucional do Norte (FNO).
 - Fundo de Participação dos Estados (FPE).
 - Fundo Constitucional do Nordeste (FNE).
 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).
 - Fundo Constitucional dos Municípios (FPM).
- 45- Renúncia de Receita é a decisão de não arrecadar receita em função da concessão de isenções, anistias ou subsídios. Assinale a opção incorreta a respeito da renúncia de receita.
- A Lei Complementar n. 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, admite tratamento diferenciado para a redução das alíquotas da importação de produtos estrangeiros, da importação de exportação, de renda, de imposto sobre produtos industrializados, e operações de crédito, câmbio e seguro ou relativas a títulos ou valores mobiliários.
 - A LRF, em seu artigo 14, trata especialmente da renúncia de receita, estabelecendo medidas a serem observadas pelos entes públicos que decidirem pela concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita.
 - Qualquer concessão de renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois anos seguintes.
 - Demonstrar que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo de metas fiscais, da LDO.
 - Estar acompanhada de medidas de compensação no exercício em que deva iniciar suas vigências e nos dois seguintes, por meio do aumento de receita, proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

DIREITO TRIBUTÁRIO

46- Sobre a competência tributária no vigente sistema constitucional tributário nacional, é correto afirmar que:

- a) a atribuição constitucional de competência tributária compreende a competência legislativa plena, ressalvadas as limitações contidas na Constituição Federal, nas Constituições dos Estados, nas Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios e nas leis complementares nacionais de normas gerais em matéria de legislação tributária.
- b) a competência tributária referida à instituição legislativa de tributos é indelegável.
- c) a indelegabilidade da competência tributária referida à instituição legislativa de tributos não impede a atribuição pela pessoa jurídica de direito público competente a outra da atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos.
- d) a atribuição pela pessoa jurídica de direito público competente a outra da atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos compreende a igual atribuição das correspondentes garantias e privilégios processuais.
- e) o sistemático não-exercício da competência tributária pela pessoa jurídica de direito público competente defere a correspondente competência às outras pessoas jurídicas de direito público.

47- Sobre as limitações constitucionais ao poder de tributar, é incorreto afirmar que:

- a) no vigente sistema tributário nacional, as limitações constitucionais ao poder de tributar estão configuradas como princípios constitucionais tributários, imunidades tributárias e normas reguladoras do exercício da competência tributária.
- b) dentre as imunidades tributárias figura o impedimento à instituição de impostos por uma pessoa jurídica de direito público sobre o patrimônio, renda ou serviços de outras pessoas jurídicas de direito público.
- c) dentre as imunidades tributárias figura o impedimento à instituição de impostos sobre o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais dos templos de qualquer culto.
- d) a imunidade tributária concernente ao impedimento à instituição de impostos sobre fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros compreende a etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.
- e) dentre as imunidades tributárias figura o impedimento à instituição de impostos sobre o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades sindicais, mas somente daquelas relacionadas aos trabalhadores.

48- Sobre os princípios constitucionais tributários, é correto afirmar que:

- a) o princípio constitucional da legalidade tributária exige necessariamente lei em sentido estrito/formal tanto para a instituição quanto para a majoração de tributo.
- b) o princípio constitucional da igualdade tributária exige idêntico tratamento tributário para contribuintes que se encontrem em situação equivalente, permitindo-se porém tratamento diferenciado em razão da ocupação profissional destes mesmos contribuintes.
- c) o princípio constitucional da irretroatividade das normas que instituem ou majorem tributos relativamente a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da legislação correspondente não impede a aplicação retroativa de leis que instituem novos critérios de apuração ou processos de fiscalização ou que ampliem os poderes de investigação das autoridades administrativas.
- d) o princípio constitucional da anterioridade tributária geral não se aplica nem ao imposto sobre produtos industrializados e nem ao imposto sobre a propriedade territorial rural.
- e) o princípio constitucional tributário da liberdade de tráfego de pessoas ou bens apenas obsta a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas por empresas privadas concessionárias de serviço público outorgado pelo Distrito Federal.

49- Sobre a legalidade em matéria tributária, é incorreto afirmar que:

- a) apesar das disposições contidas sobre a matéria no Código Tributário Nacional, a essência da configuração sobre as matérias tributárias que dependem de veiculação de lei em sentido estrito/formal, ao menos desde a Constituição Federal de 1988, encontra-se disposta ou é diretamente decorrente do próprio texto constitucional.
- b) os tratados, acordos e convenções internacionais sobre matéria tributária dos quais o Brasil participe, uma vez regularmente internalizados no direito brasileiro e quando não digam respeito a direitos humanos, possuem hierarquia normativa equivalente à de lei ordinária federal.
- c) a regular observância pelo sujeito passivo das normas integrantes da legislação tributária exclui a imposição contra ele de penalidades relacionadas à obrigação principal acaso inadimplida, salvo se as normas em questão forem posteriormente declaradas inconstitucionais pelo STF.
- d) necessariamente depende de previsão em lei em sentido estrito/formal a cominação de penalidade para infrações da legislação tributária.
- e) necessariamente depende de previsão em lei em sentido estrito/formal a definição do fato gerador da obrigação tributária principal.

50- Sobre os tributos de competência da União, é correto afirmar que

- a) compete à União instituir imposto sobre a renda e os proventos de qualquer natureza das autarquias e fundações públicas estaduais.
- b) compete exclusivamente à União instituir contribuições de natureza tributária.
- c) compete à União instituir legislativamente contribuições de interesse de categorias econômicas, inclusive a contribuição sindical.
- d) compete exclusivamente à União instituir contribuição de melhoria relativamente a obras públicas levadas a efeito por autarquia municipal com o emprego de recursos públicos federais a ela descentralizadas para o desenvolvimento dos respectivos projetos de engenharia e arquitetura.
- e) compete exclusivamente à União, mediante a edição de legislação complementar, exercer competência tributária residual instituindo taxas não previstas no texto constitucional.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. *É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).*

TI - 3 Gerência de Projetos e Governança de Tecnologia da Informação

51- Associe cada um dos quatro objetivos de negócio com a perspectiva a que cada um corresponde no âmbito do BSC – *Balanced Scorecard*.

Objetivo	Perspectiva
I - Estabelecer a continuidade e disponibilidade de serviços.	PF - Financeira
II - Gerenciar os riscos de negócios.	PC - do Cliente
III - Gerenciar a inovação de produtos e negócios.	PI - Interna
IV - Aprimorar e manter a funcionalidade dos processos de negócios.	PA - de Aprendizagem

Assinale a opção que contém a associação correta.

- a) I-PC; II-PF; III-PA; IV-PI
 - b) I-PC; II-PI; III-PA; IV-PF
 - c) I-PF; II-PC; III-PI; IV-PA
 - d) I-PI; II-PA; III-PF; IV-PC
 - e) I-PI; II-PC; III-PA; IV-PF
- 52- De acordo com o Guia de Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia de Informação – PDTI, a elaboração do PDTI é realizada em três fases: Preparação, Diagnóstico e Planejamento. Cada uma dessas fases é composta por um conjunto de processos. Na fase de Diagnóstico, um dos processos é “Identificar Necessidades de Contratação de TI”. Uma das atividades desse processo consiste em solicitar documentos e realizar entrevistas com pessoas-chave. Entre as avaliações realizadas nessa atividade não se inclui verificar se
- a) a política de contratação de soluções de TI existe, é formalizada, é acompanhada e está em conformidade com a legislação vigente.
 - b) as tarefas de gestão da TI são realizadas por terceiros.
 - c) há contratos vigentes de soluções de TI para atender as demandas no período de vigência do PDTI.
 - d) há necessidade de aquisição de bens de TI.
 - e) há necessidade de contratação de serviços de TI (terceirização).

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

53- O modelo de referência de processo do COBIT 5 divide os processos de governança e gestão de TI da organização em dois domínios de processo principais: governança e gestão. Neste contexto, é correto afirmar que:

- a) a gestão contém quatro domínios, em consonância com as áreas responsáveis por planejar, construir, executar e monitorar, e oferece cobertura de TI de ponta a ponta.
 - b) a gestão garante que as necessidades, condições e opções das partes interessadas sejam avaliadas a fim de determinar objetivos corporativos acordados e equilibrados, definindo a direção através de prioridades e tomadas de decisão e monitorando o desempenho e a conformidade com a direção e os objetivos estabelecidos.
 - c) a governança é a responsável pelo planejamento, desenvolvimento, execução e monitoramento das atividades em consonância com a direção definida pelo órgão de gestão a fim de atingir os objetivos corporativos.
 - d) A ilustração do modelo de processo do COBIT 5 não faz uma distinção clara entre processos de governança e de gestão, uma vez que há uma grande interação entre eles.
 - e) governança e gestão abrangem diversos tipos de atividades, requerem as mesmas estruturas organizacionais e atendem aos mesmos propósitos da organização.
- 54- A área de conhecimento que foi adicionada no PMBOK 5ª edição é a área de Gerenciamento/Gestão
- a) das comunicações do projeto.
 - b) de aquisições do projeto.
 - c) de envolvidos no projeto.
 - d) de integração do projeto.
 - e) de tempo do projeto.
- 55- Em relação à medição e estimativa de software em pontos de função, é correto afirmar que:
- a) é uma medida que depende da linguagem de programação a ser utilizada.
 - b) é uma medida que depende da tecnologia que será utilizada para implementação.
 - c) a definição do escopo e da fronteira de aplicação deve preceder a identificação do tipo de contagem.
 - d) um de seus objetivos é medir a funcionalidade solicitada pelo usuário, antes do projeto de software, de forma a estimar seu tamanho e seu custo.
 - e) visa a estabelecer uma medida de tamanho, em Pontos de Função (PF), considerando a funcionalidade implementada, sob o ponto de vista do desenvolvedor.

56- A Instrução Normativa MPOG/SLTI n. 4, que dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISP do Poder Executivo Federal, prevê que as contratações de Soluções de Tecnologia da Informação deverão seguir três fases. Essas fases são:

- a) planejamento da contratação, seleção do fornecedor e gestão do contrato.
- b) estudo técnico preliminar, análise de riscos e elaboração do projeto básico.
- c) elaboração de projeto básico, realização de licitação e assinatura do contrato.
- d) instituição da comissão de licitação, realização da licitação e assinatura do contrato.
- e) análise de riscos, elaboração de projeto básico e contratação.

57- A modelagem em BPMN (*Business Process Model and Notation*) é feita com a utilização de diagramas simples, com um pequeno conjunto de elementos gráficos. As quatro categorias básicas desses elementos são:

- a) eventos, tarefas, subprocessos e *gateways*.
- b) objetos de fluxo, eventos, atividades e *gateways*.
- c) objetos de fluxo, objetos de conexão, *swimlanes* e artefatos.
- d) objetos, eventos, processos e atividades.
- e) *pool*, *swimlanes*, artefatos e *gateways*.

58- A Revisão de Requisitos é uma das técnicas mais utilizadas na validação de requisitos. Nessa técnica, alguns atributos de qualidade devem ser levados em consideração na formulação de um *checklist*, que permite identificar erros comuns de especificação de requisitos. Ao avaliar se “os requisitos são identificados de maneira não ambígua, incluindo ligações com requisitos relacionados e com as razões que justificam a inclusão do requisito”, o atributo de qualidade considerado é:

- a) ambiguidade.
- b) completude.
- c) consistência.
- d) rastreabilidade.
- e) redundância.

59- A Gestão da Continuidade de Negócios – GNC requer a elaboração de um Plano de Continuidade de Negócios – PCN. Este plano deve ser composto por três itens: Plano de Gestão de Crise, Plano de Continuidade e Plano de Recuperação de Desastres. Nesse contexto, é incorreto afirmar que

- a) um dos benefícios do PCN é minimizar as perdas e os impactos financeiros, operacionais e de imagem relacionados a um evento de desastre.
- b) o Plano de Continuidade descreve as ações e processos necessários para recuperar as operações em caso de ruptura.
- c) o Plano de Gestão de Crise é um documento disponibilizado para todos os colaboradores da organização, que trata de todos os elementos necessários à atuação coordenada durante a crise, a tomada de decisão de contingência e acionamento das equipes.
- d) o Plano de Recuperação de Desastres descreve os procedimentos para recuperar os sistemas e componentes de infraestrutura em casos de desastre.
- e) A NBR 15999-1:2007 estabelece o processo, os princípios e a terminologia de gestão da continuidade de negócios e tem como objetivo fornecer uma base conceitual para que se possa entender, desenvolver e implementar a continuidade de negócios em uma organização.

60- O conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) no Governo Federal, estabelecendo as condições de interação com os demais Poderes e esferas de governo e com a sociedade em geral, é definido no

- a) eGOV.
- b) eMAG.
- c) ePING.
- d) ePWG.
- e) eTIC.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

61- Em relação aos conceitos de alinhamento entre o Plano Estratégico de Negócio (PEN) e o Plano Estratégico de Tecnologia de Informação (PETI), é incorreto afirmar que:

- a) o alinhamento é alcançado quando o conjunto de estratégias de sistemas – objetivos, obrigações e estratégias – é derivado do conjunto estratégico organizacional – missão, objetivos e estratégias.
- b) o alinhamento é total quando os dois planos existem e o plano de negócios referencia projetos de TI ou o plano de TI referencia objetivos do negócio.
- c) o alinhamento entre PEN-PETI é a adequação da orientação estratégica do negócio com a de TI.
- d) o alinhamento estratégico corresponde à adequação e integração funcional entre ambiente externo (mercados) e interno (estrutura administrativa e recursos financeiros, tecnológicos e humanos) para desenvolver as competências e maximizar o desempenho organizacional.
- e) o elo entre PEN-PETI corresponde ao grau no qual a missão, os objetivos e os planos de TI refletem, suportam e são suportados pela missão, pelos objetivos e pelos planos de negócio.

62- A análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*) é utilizada para identificar os pontos fortes e fracos de uma organização, assim como as oportunidades e ameaças às quais a mesma está exposta. Associe cada um dos quatro exemplos de indicadores abaixo com o respectivo elemento SWOT, considerando uma empresa que exporta mais de 80% de sua produção.

Indicador	Elemento SWOT
I - Necessidade de capacitação da equipe	S - Força
II - Desvalorização cambial	W - Fraqueza
III - Valorização cambial	O - Oportunidade
IV - Diferencial competitivo do produto	T - Ameaça

Assinale a opção que contém a associação correta.

- a) I-W; II-T; III-O; IV-S
- b) I-W; II-O; III-T; IV-S
- c) I-O; II-W; III-S; IV-T
- d) I-O; II-T; III-S; IV-W
- e) I-O; II-W; III-T; IV-S

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

63- A ferramenta de gestão criada por Walter Shewhart e, mais tarde, amplamente divulgada por Willian Deming, cujo objetivo é implementar um processo de melhoria contínua, através de ciclos de planejamento e controle de uma determinada atividade, é denominada

- a) Ciclo 5S.
- b) Ciclo PDCA.
- c) Diagrama de Ishikawa.
- d) Diagrama de Pareto.
- e) Fluxograma.

64- O COBIT 5 define 17 objetivos de TI estruturados de acordo com as dimensões do BSC – *Balanced ScoreCard*. Assinale a opção que contém um objetivo relacionado à perspectiva do cliente.

- a) Benefícios obtidos pelo investimento de TI e portfólio de serviços.
- b) Conhecimento, expertise e iniciativas para inovação dos negócios.
- c) Disponibilidade de informações úteis e confiáveis para a tomada de decisão.
- d) Entrega de programas fornecendo benefícios, dentro do prazo, orçamento e atendendo requisitos.
- e) Prestação de serviços de TI em consonância com os requisitos de negócio.

65- Associe cada um dos cinco processos com as respectivas fases do ciclo de vida de serviços que cada um corresponde no Modelo ITIL v3.

Processo	Fase do ciclo de vida do serviço
I - Relatório de Serviço	SS - Estratégia de Serviço
II - Validação de Serviços e Testes	DS - Desenho de Serviço
III - Cumprimento de Incidente	ST - Transição de Serviço
IV - Gerenciamento do Portfólio de Serviço	SO - Operação de Serviço
V - Gerenciamento de Segurança da Informação	CSI - Melhoria Contínua de Serviço

Assinale a opção que contém a associação correta.

- a) I-CSI; II-SO; III-DS; IV-SS; V-ST
- b) I-CSI; II-ST; III-SO; IV-SS; V-DS
- c) I-SS; II-CSI; III-DS; IV-SO; V-ST
- d) I-SS; II-CSI; III-SO; IV-DS; V-ST
- e) I-SS; II-ST; III-CSI; IV-DS; V-SO

66- Um projeto PRINCE2 tem as seguintes características, exceto:

- a) um ciclo de vida finito e definido.
- b) produtos bem definidos e mensuráveis.
- c) um conjunto correspondente de atividades para atingir os produtos.
- d) uma quantidade de recursos alocados inicialmente, ajustada ao longo do projeto.
- e) uma estrutura de organização, com responsabilidades definidas, para gerenciar o projeto.

67- Um escritório de projetos (*Project Management Office*, PMO) é um corpo ou entidade organizacional à qual são atribuídas várias responsabilidades relacionadas ao gerenciamento centralizado e coordenado dos projetos sob seu domínio. Os gerentes de projetos e os PMOs buscam objetivos diferentes e, por isso, são orientados por requisitos diferentes. Neste contexto, analise as seguintes atividades e assinale a opção correta.

- I. Controlar os recursos atribuídos ao projeto para atender da melhor forma possível aos objetivos do projeto.
 - II. Gerenciar as metodologias, padrões, o risco/opportunidade global e as interdependências entre os projetos no nível da empresa.
 - III. Gerenciar as principais mudanças do escopo do programa que podem ser vistas como possíveis oportunidades para melhor alcançar os objetivos de negócios.
 - IV. Gerenciar as restrições (escopo, cronograma, custo e qualidade, etc.) dos projetos individuais.
- a) I e III são papéis do gerente de projetos, enquanto II e IV são papéis do PMO.
 - b) I e IV são papéis do gerente de projetos, enquanto II e III são papéis do PMO.
 - c) I é papel do gerente de projetos, enquanto II, III e IV são papéis do PMO.
 - d) III e IV são papéis do gerente de projetos, enquanto I e II são papéis do PMO.
 - e) IV é papel do gerente de projetos, enquanto I, II e III são papéis do PMO.

68- Em relação à Gestão de Portfólio de Projetos, é incorreto afirmar que:

- a) a gestão de portfólio de projetos organiza uma série de projetos em um único portfólio com objetivos comuns de resultado, visando a maximização dos benefícios e a otimização na alocação integradas dos recursos da organização.
- b) cada portfólio de projetos deve ser avaliado pelo seu valor de negócio e aderência à estratégia.
- c) o portfólio deve existir em função de um objetivo de negócio bem definido e com benefícios bem tangibilizados em metas.
- d) um gerente de projeto tem o papel de garantir que os projetos certos sejam executados de forma que os objetivos do portfólio sejam alcançados.
- e) uma avaliação que sempre deve ser feita na análise do portfólio é se as entregas dos projetos do portfólio serão suficientes para o alcance dos objetivos estratégicos.

69- O SCRUM é uma metodologia ágil para gestão e planejamento de projetos de software. Nele, as funcionalidades a serem implementadas em um projeto são mantidas em uma lista que é conhecida como _____. No início de cada *Sprint*, faz-se um _____ na qual o _____ prioriza os itens do _____ e a equipe seleciona as atividades que ela será capaz de implementar durante o *Sprint* que se inicia. As tarefas alocadas em um *Sprint* são transferidas do _____ para o _____.

- a) *Product Backlog*, *Sprint Backlog*, *Product Owner*, *Product Backlog*, *Sprint Planning Meeting* e *Product Backlog*.
- b) *Sprint Planning Meeting*, *Product Backlog*, *Product Owner*, *Product Backlog*, *Product Backlog* e *Sprint Backlog*.
- c) *Product Backlog*, *Sprint Planning Meeting*, *Product Owner*, *Product Backlog*, *Sprint Backlog* e *Product Backlog*.
- d) *Product Backlog*, *Sprint Planning Meeting*, *Product Backlog*, *Sprint Backlog*, *Product Backlog*, e *Product Owner*.
- e) *Product Backlog*, *Sprint Planning Meeting*, *Product Owner*, *Product Backlog*, *Product Backlog* e *Sprint Backlog*.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

70- São objetivos do IFPUG CPM (*Counting Practices Manual*) 4.3, exceto:

- a) fornecer um guia para permitir a contagem de pontos de função a partir da complexidade funcional da aplicação.
- b) garantir que as contagens sejam consistentes com as práticas de contagem dos *affiliates* do IFPUG.
- c) manter conformidade com a norma ISO/IEC 14143-1:2007 *Information technology – Software measurement – Functional size measurement – Definition of concepts*.
- d) prover um entendimento comum para permitir que os fornecedores de ferramentas forneçam suporte automatizado para a contagem de pontos de função.
- e) prover uma descrição clara e detalhada da contagem de pontos de função.

71- A identificação dos arquivos lógicos no IFPUG CPM (*Counting Practices Manual*) 4.3, com vistas a agrupar as entidades candidatas identificadas em um ou mais arquivos lógicos é realizado em seis passos, abaixo relacionados.

- I. Identifique todos os dados ou informações de controle reconhecidos pelo usuário logicamente relacionados no escopo da contagem.
- II. Exclua as entidades não mantidas por qualquer aplicação.
- III. Agrupe em arquivos lógicos as entidades relacionadas que forem entidades dependentes.
- IV. Exclua aquelas entidades referenciadas como dados de código.
- V. Exclua as entidades que não contenham atributos exigidos pelo usuário.
- VI. Remova as entidades associativas que contenham atributos adicionais não exigidos pelo usuário e entidades associativas que contenham apenas chaves estrangeiras; agrupe os atributos chave estrangeira com as entidades principais.

De acordo com o CPM, o mais difícil é o passo

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) IV.
- e) VI.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

72- A NESMA (*Netherlands Software Metrics Association*) reconhece três tipos de contagem de pontos de função (PF): detalhada, estimada e indicativa. Os parâmetros para contagem de pontos de função não ajustados são funções dos tipos: Arquivo Lógico Interno (ALI); Arquivo de Interface Externa (AIE); Entradas Externas (EE); Saídas Externas (SE); Consultas Externas (CE). Em relação a esses métodos, é correto afirmar que na contagem

- a) detalhada são utilizadas na fase inicial da proposta de desenvolvimento, quando se possuem dados detalhados do processo, apenas informações preliminares sobre os processos e o modelo de dados.
- b) detalhada toda função transacional EE, SE, CE é avaliada como de complexidade funcional baixa.
- c) estimada toda função do tipo ALI e AIE tem sua complexidade funcional avaliada como baixa.
- d) estimada toda função transacional EE, SE, CE é avaliada como de complexidade funcional alta.
- e) indicativa a estimativa é baseada somente na quantidade de arquivos lógicos existentes (ALIs e AIEs). O total de pontos de função não ajustados é obtido contando 15 PFs para cada ALI identificado e 25 PFs para cada AIE identificado.

73- O modelo de ciclo de vida de software que combina elementos do modelo em cascata aplicado de maneira iterativa é o

- a) 4ª geração.
- b) híbrido.
- c) incremental.
- d) iterativo.
- e) prototipação.

74- De acordo com a Instrução Normativa MPOG/SLTI n. 4, um dos itens exigidos no Projeto Básico é o Modelo de Gestão do Contrato. Este modelo deve contemplar, sempre que possível, os itens a seguir, exceto:

- a) fixação das rotinas de execução, com a definição de processos e procedimentos de fornecimento da solução de tecnologia da informação.
- b) fixação dos critérios de aceitação dos serviços prestados ou bens fornecidos, abrangendo métricas, indicadores e níveis de serviços com os valores mínimos aceitáveis para os principais elementos que compõem a solução de tecnologia da informação.
- c) fixação dos valores e procedimentos para retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis..
- d) procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos termos de recebimento provisório e definitivo, conforme disposto no art. 73 da Lei n. 8.666, de 1993.
- e) procedimentos para emissão de nota fiscal e pagamento, descontados os valores oriundos da aplicação de eventuais glosas ou sanções.

75- De acordo com o Decreto n. 3.555, de 8 de agosto de 2000, que aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, é correto afirmar que:

- a) a homologação do resultado da licitação compete ao Pregoeiro.
- b) até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.
- c) deve ser realizado obrigatoriamente na modalidade eletrônica, através do portal de compras governamentais (www.comprasgovernamentais.gov.br).
- d) essa modalidade de licitação se destina à contratação de qualquer tipo de bens ou serviços.
- e) o único critério de seleção do fornecedor é o de menor preço.

76- Um processo de negócio é descrito por um ou mais procedimentos que, em conjunto, realizam um objetivo de negócio. Em relação à Modelagem de Processos de Negócios, é correto afirmar que:

- a) na modelagem BPMN (*Business Process Model and Notation*) são construídos os diagramas de fluxo de trabalho, em que cada um desses diagramas contém a atividade realizada.
- b) os indicadores de eficiência do processo devem relacionar as entregas do processo com as reais necessidades dos clientes.
- c) os responsáveis por gerenciar mudanças, implementações e criações no processo são os *stakeholders*, que também são chamados de donos do processo.
- d) um de seus objetivos é fornecer uma visão do negócio da organização, de forma que se possa compreender o negócio a partir de uma concretização da realidade.
- e) um processo de negócio pode ser modelado sob diferentes perspectivas. A perspectiva organizacional descreve as tarefas pertencentes ao processo e sua ordem (parcial) de execução por meio de diferentes construtores de composição.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

77- A técnica de mapeamento de processos denominada AS IS contempla o levantamento da situação atual do processo. Em relação a essa técnica, é incorreto afirmar que:

- a) dependendo do cenário e do contexto da organização, utiliza-se entrevista, observação, questionário ou reunião JAD.
- b) deve-se, inicialmente, documentar junto aos gestores, quais as melhorias e ganhos esperados e exprimir essa informação de forma quantitativa.
- c) em geral, a situação do processo é representada em fluxo ou diagrama.
- d) o nível de profundidade ou a granularidade da documentação do processo depende dos propósitos do projeto.
- e) os participantes desse trabalho são principalmente as pessoas que o realizam no dia a dia, as chefias e, quando possível, pessoas que tenham experiências externas e bem-sucedidas com o mesmo processo.

78- A Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA) é um conjunto de padrões, tecnologias, procedimentos e mecanismos de controle necessários para atender às condições de disseminação e compartilhamento de dados e informações públicas. De acordo com a Instrução Normativa n. 4, que instituiu a INDA, é incorreto afirmar que:

- a) dados abertos são dados públicos representados em meio digital, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na rede mundial de computadores e disponibilizados sob licença aberta que permita sua livre utilização, consumo ou cruzamento.
- b) integram a INDA, obrigatoriamente, o Órgão Central, os Órgãos Setoriais, os Órgãos Seccionais e Correlatos do Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática – SISIP.
- c) integram a INDA, facultativamente, mediante a assinatura do termo de adesão pela autoridade competente, os demais órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, das esferas Federal, Estadual, Distrital e Municipal.
- d) integram a INDA, facultativamente, mediante a assinatura do termo de adesão pelo representante legal, entidades privadas nacionais ou internacionais.
- e) os cidadãos e entidades da sociedade civil interessados nas atividades da INDA poderão participar de sua implementação independentemente da assinatura de termo de adesão.

79- Em relação às atividades relacionadas à produção e à gerência de requisitos, é correto afirmar que:

- a) a tarefa de identificar os fatos que compõem os requisitos do sistema, de forma a prover o mais correto e mais complexo entendimento do que é demandado da aplicação é feito na etapa de validação de requisitos.
- b) de acordo com a Norma IEEE 830-1998, um requisito é consistente se, e somente se, contiver toda e apenas a informação necessária para que o software correspondente seja produzido.
- c) o principal objetivo da gerência de requisitos é garantir que mudanças externas no ambiente não impliquem na necessidade de alterar os requisitos que já foram validados.
- d) um dos aspectos que facilita o levantamento de requisitos é que os usuários, em sua maioria, expressam apropriadamente suas necessidades, pois conhecem bem o campo de aplicação do produto a ser desenvolvido.
- e) a análise de requisitos envolve a quebra de requisitos de alto nível em requisitos funcionais detalhados. Durante esta atividade, ocorre uma negociação entre todas as pessoas envolvidas para obter um conjunto de requisitos comumente acordados e aceitos.

80- As principais técnicas de elicitação de requisitos podem ser classificadas em quatro categorias: tradicionais, colaborativas, cognitivas e abordagens contextuais. Na categoria cognitiva encontram-se

- a) análise de tarefas, análise de protocolos e técnicas de aquisição de conhecimentos.
- b) entrevistas, *brainstorms* e reuniões tecnossociais.
- c) entrevistas, pesquisas e questionários, reuniões e cenários.
- d) etnografia, análise de discursos e métodos tecnossociais.
- e) grupo focal, *brainstorms* e prototipação.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. *É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).*

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. *É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).*



Escola de Administração Fazendária
www.esaf.fazenda.gov.br